



CÂMARA MUNICIPAL DE CABECEIRA GRANDE
ESTADO DE MINAS GERAIS

MOÇÃO Nº. 002 /2021

EM APOIO AO REQUERIMENTO ORDINÁRIO Nº 1.047/2021.

EXCELENTÍSSIMA SENHORA PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE

CÂMARA MUNICIPAL DE CAB. GRANDE-MG
PROTOCOLADO NO LIVRO PRÓPRIO ÀS
FOLHAS 242 SOB O Nº 8630
ÀS 13:52 HORAS.
CAB. GRANDE-MG. 02 / 08 /20 21
Alencar

CABECEIRA GRANDE - MG

Câmara M. de Cab. Grande-MG
DESPACHO DE PROPOSIÇÕES
(X) Recebido. (X) Numere-se. (X) Publique-se.
(X) Distribua-se às Comissões Competentes.
Cab. Grande - MG, 02/08/2021
[Assinatura]
PRESIDENTE

O vereador que esta subscreve, com fundamento no artigo 206, inciso XVII, do Regimento Interno vêm à respeitável presença de Vossa Excelência requerer a aprovação de MOÇÃO EM APOIO À APROVAÇÃO AO REQUERIMENTO ORDINÁRIO Nº 1.047/2021, de autoria do Deputado Estadual Professor Cleiton (PSB), que solicitou a constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar fatos determinados e consistentes na possível prática de ilegalidades na gestão da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG.

Essa Moção tem por objetivo apoiar irrestritamente a Comissão Parlamentar de Inquérito que irá apurar possíveis ilegalidades cometidas na gestão da CEMIG.

É fundamental que se investigue a gestão da Companhia Energética de Minas Gerais, importante empresa para o nosso estado. Conforme consta no requerimento do nobre Deputado, existem graves denúncias relacionadas a gestão da CEMIG, que podem ter causados prejuízos bilionários a estatal mineira.

O controle parlamentar é prerrogativa atribuída ao Poder Legislativo de fiscalizar a Administração Pública sob os aspectos políticos e financeiras, e devido a complexidade dos fatos denunciados, é necessário uma avaliação mais detalhada,.

Como noticiado pelos órgãos de imprensa, pretende a CPI investigar contratações de serviços de consultoria e assessoramento técnico feitas pela Cemig e suas subsidiárias sem a prévia realização de licitação, em desconformidade com a legislação,

[Assinatura]



CÂMARA MUNICIPAL DE CABECEIRA GRANDE ESTADO DE MINAS GERAIS

devem ser investigado as alienações de ativos e ações da Cemig relacionadas à participação societária da companhia nas empresas de energia Renova, Light e Taesa.

O requerimento cita, ainda, a “prática de condutas ilegais e imorais por parte de diretores e empregados públicos da Cemig e de suas subsidiárias, desde janeiro de 2019, bem como de particulares por eles contratados” e a possível prática de advocacia administrativa e conflito de interesses.

Por fim, a CPI quer apurar a “prática ilegal e antieconômica da transferência de atividades administrativas da Cemig para São Paulo, gerando assim prejuízos ao interesse público estadual”.

Neste panorama, é fundamental o apoio aos trabalho da CPI, cujos os membros ca CPI foram definidos no dia 24 de juho de 2021, onde terá o Deputado Sávio Souza Cruz como relator. A CEMIG é a maior estatal do Estado e presta serviço a grande parte dos municípios mineiros, portanto, é de suma importância para a economia do Estado, sendo assim é de grande valia que se investigue as denúncias que pairam sobra a estatal.

Nestes termos, pedem deferimento.

Cabeceira Grande (MG), 02 de agosto de 2021.

VEREADOR ROBSON CIPÓ